
**IMPUGNAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO – CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL Nº.
52/2021/CEL/SUPEL/RO.**

Administrativo Combate <admcombate02@gmail.com>
Para: celsupelchamamentos@gmail.com

4 de maio de 2021 18:01

Boa tarde

Segue em anexo IMPUGNAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO – CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL Nº. 52/2021/CEL/SUPEL/RO.

Grata desde já.

Att, Andressa Marques
(69) 3221-0506



Impugnação_Sejus.pdf

183K



Ilmo. Sr.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA – PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/SUPEL – GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Porto Velho/RO

CHAMAMENTO PÚBLICO – CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL Nº 052/2021/CEL/SUPEL/RO – PROCESSO ELETRÔNICO – SEI: 033.083828/21-41

Contratação de empresa especializada no serviço de sanitização e designação nas unidades prisionais da capital e interior pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com a possibilidade de prorrogação, conforme prever o art. 4º - H da Lei nº 13.979/2020, visando atender a necessidade desta Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS

A empresa **COMBATE LTDA EPP**, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante legal constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Chamamento Público, apresentar **IMPUGNAÇÃO** contra termos do Edital, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I. DOS PRESSUPOSTOS

A interposição da presente peça é tempestiva, considerando o prazo para apresentar **Impugnação** do instrumento editalício.

II. DA IMPUGNAÇÃO

a. Ausência de exigência de Licença Sanitária e Licença Ambiental expedidas pelo município de Porto Velho.

a.1 CITAÇÃO DE LEI REVOGADA

Nota-se que no “Aviso de Chamamento Público”, no objeto proposto “Contratação de empresa especializada no serviço de sanitização e designação nas unidades prisionais da capital e interior pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com a **possibilidade de**



prorrogação, conforme prever o art. 4º - H da Lei nº 13.979/2020, visando atender a necessidade desta Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS. (Negritamos)

Ocorre que a referida Lei foi revogada no dia 31 de dezembro de 2020, portando perdendo a eficácia da menção no aviso do termo **“possibilidade de prorrogação, conforme prever o art. 4º - H da Lei nº 13.979/2020”**.

A revogação se deu em virtude do término da vigência do Decreto Legislativo nº 06 de 2020.

b.1 EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DESLOCADA PARA FASE CONTRATUAL

Foi solicitado no anexo do aviso de chamamento público no subitem 19.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, alíneas “a” e “b” :

19.2. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 8.666/93:

- a) Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública para prestar serviço de limpeza, desinfecção, sanificação, sanitização ou descontaminação de ambientes, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA; ou Licença Sanitária Municipal ou Estadual;
- b) Comprovação de Registro junto ao Conselho Regional de Química – CRQ ou outro legalmente equivalente.

Nota-se que tais exigências, devem constar como requisitos de qualificação técnica das empresas, como condição fundamental.

Recomendamos que os requisitos sejam inserido no subitem 24 do Termo de Referência.

c.1 AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, INDICAÇÃO DE EQUIPE MÍNIMA, COMPROVAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS CONFORME IN 05/2017.

III. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão Especial de Licitação que, proceda as alterações editalícias necessárias para que possa a Administração realizar a contratação da proposta mais vantajosa sem prejuízo aos participantes do certame.



Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Porto Velho/RO, 04 de maio de 2021

Antônio Marcos Mourão Figueiredo
Sócio Administrador